



Comunicado de imprensa - 17-11-2015

Eurodeputados propõem medidas para prevenir radicalização e recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas

Na sessão plenária que se realiza na próxima semana, em Estrasburgo, o Parlamento Europeu vai votar um relatório que propõe várias medidas para prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas, como o autoproclamado Estado Islâmico, ou Daech.

Os eurodeputados abordam questões como a radicalização na Internet e nas prisões, apelam a um aumento significativo do intercâmbio de informações entre os países da UE e entre estes e a Europol e defendem a importância da educação e da inclusão social. Mais de 5000 europeus aderiram a organizações terroristas.

A comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos começou a elaborar este relatório após os ataques terroristas ao jornal Charlie Hebdo, em Paris, no início do ano. A votação em plenário está agendada para a sessão que decorre de 23 a 26 de novembro, em Estrasburgo.

"Os desafios e as questões que suscitam estes «*combatentes estrangeiros*» dizem respeito a toda a União Europeia. Face à intensificação deste fenómeno, as medidas repressivas já não são suficientes. A União Europeia deve adotar uma nova estratégia, baseada sobretudo na prevenção. Este relatório colocará a tónica na implantação de uma atitude proativa em matéria de prevenção da radicalização e do recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas", disse a eurodeputada e antiga ministra da Justiça francesa Rachida Dati, relatora da comissão parlamentar das Liberdades Cívicas.

Mais de 5000 cidadãos europeus aderiram a organizações terroristas e a outras formações militares, nomeadamente às fileiras do autoproclamado Estado Islâmico/Daesh, da Jabhat al-Nusra e de outras formações fora do território da UE, em especial na região do Médio Oriente e do Norte de África.

Apelo a uma ação concertada a nível europeu

Os eurodeputados insistem na urgência de uma ação concertada a nível europeu para prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas, a fim de conter este fenómeno em crescimento e assim travar os fluxos de saída dos cidadãos europeus para zonas de conflito, desradicalizar os indivíduos presentes no território europeu e impedir que sejam cometidos novos atos terroristas.

A luta contra o terrorismo continua a ser essencialmente da competência dos Estados-Membros, mas "a cooperação europeia é fundamental para o intercâmbio eficaz e eficiente de informações entre as forças policiais" num espaço de livre circulação de pessoas.

Uma estratégia de combate ao terrorismo, à radicalização e ao recrutamento terrorista na UE "só poderá surtir efeitos se for desenvolvida paralelamente a uma estratégia de integração e inclusão social", acrescenta a comissão parlamentar das Liberdades Cívicas.

O relatório nota que "as causas da radicalização podem ser socioeconómicas, ideológicas, pessoais ou psicológicas e que, por esse motivo, é necessário compreendê-la em função do percurso de cada um dos indivíduos envolvidos".

Os eurodeputados recordam também que "a utilização abusiva da religião, e não a religião enquanto tal", é uma das causas da radicalização. "O terrorismo não pode nem deve ser associado a nenhuma religião, nacionalidade ou civilização particulares", insistem os parlamentares.

Medidas propostas

O relatório da comissão parlamentar das Liberdades Cívicas propõe, entre outras medidas:

- o aumento significativo do intercâmbio de informações entre os Estados-Membros e entre estes e as agências da UE, como a Europol e a Eurojust, no âmbito da luta antiterrorista;
- a criação pelo Conselho de uma "lista negra de jihadistas europeus" e presumíveis terroristas jihadistas;
- a criação em cada Estado-Membro de um sistema de alerta que permita às famílias e a outras pessoas obter apoio ou assinalar rapidamente o desenvolvimento de mudanças súbitas de comportamento que possam indiciar um processo de radicalização terrorista ou a partida de um indivíduo para se juntar a organizações terroristas;
- a adoção de uma estratégia eficaz para a deteção e a eliminação de conteúdos ilegais na Internet com incitação à violência extremista, respeitando os direitos fundamentais e a liberdade de expressão;
- a criação em cada Estado-Membro de uma unidade especial encarregada de assinalar os conteúdos ilegais presentes na Internet e de facilitar a deteção e a eliminação desses conteúdos, devendo essas unidades nacionais cooperar com a Europol; os eurodeputados recordam a necessidade de a Europol e os Estados-Membros disporem de peritos adequadamente formados para responder a estas ameaças específicas;
- a utilização do Fundo para a Segurança Interna (FSI), através do instrumento FSI-Polícia, para apoiar projetos e medidas destinados a prevenir a radicalização;
- a melhoria da eficácia dos controlos nas fronteiras externas da UE para detetar eventuais partidas ou retornos de zonas de conflito;
- a elaboração de uma diretiva da UE sobre registos de identificação de passageiros (PNR) até ao final do ano, recordando, no entanto, que "a diretiva PNR da UE será apenas uma medida de luta contra o terrorismo e que é necessária uma estratégia holística e abrangente no domínio do combate ao terrorismo e à criminalidade organizada, que envolva a política externa, a política social, a política da educação e os órgãos policiais e judiciários";
- a possibilidade de os Estados-Membros confiscarem os passaportes dos seus cidadãos que tencionam aderir a organizações terroristas, de acordo com as

legislações nacionais e a pedido de uma autoridade judicial;

- o reforço dos instrumentos de política externa e do diálogo com os países terceiros com vista a lutar contra o financiamento das organizações terroristas;
- a rápida transposição e aplicação pelos Estados-Membros da legislação europeia contra o branqueamento de capitais; os países da UE devem também revelar transparência nas suas relações com determinados países do Golfo, a fim de reforçar a cooperação com o objetivo de esclarecer o financiamento não só do terrorismo e do radicalismo em África e no Médio Oriente, mas também de determinadas associações na Europa;
- a adoção de medidas para prevenir o tráfico de armas de fogo;
- a realização pela Comissão Europeia de uma análise exaustiva das causas principais, do processo e das diversas influências e fatores que conduzem à radicalização;
- a prestação de assistência aos familiares das vítimas do terrorismo, bem como às famílias das pessoas que foram radicalizadas;
- a realização de um estudo abrangente sobre a eficácia das medidas a nível nacional e da UE destinadas a prevenir e a combater o terrorismo.

O relatório sublinha que os direitos humanos devem estar no cerne da luta contra o terrorismo e das políticas europeias de prevenção da radicalização, assegurando simultaneamente um equilíbrio entre a segurança dos cidadãos e o respeito dos direitos fundamentais.

Link

[Relatório sobre a prevenção da radicalização e do recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas](#)

Contacto:

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa do Parlamento Europeu

 isabel.nadkarni@europarl.europa.eu

 +32 (0) 498 98 33 36

 +32 (0) 228 32198 (Bruxelas)

 +33 (0) 3881 76758 (Estrasburgo)

Disclaimer:

Recebeu este email porque o seu endereço eletrónico está registado na nossa lista de contactos. Se não desejar receber os comunicados, envie por favor um email para imprensa-PT@europarl.europa.eu. Caso queira passar a recebê-los, escreva por favor para imprensa-PT@europarl.europa.eu. Os seus dados são apenas processados para efeitos de receção destes comunicados e não serão transferidos para terceiros.